

## A peculiar Produção Intelectual do Brasil recente

Rudá Ricci\*

**Resumo:** O artigo trata da transformação das universidades brasileiras em organizações auto-referentes, tendo como um dos seus motes o produtivismo acadêmico. O aumento de quantidade de artigos científicos publicados no Brasil não corresponde à melhora de qualidade. Pelo contrário, trata-se de uma lógica de mercado, com baixa relevância intelectual.

**Palavras-chave:** universidade; papel dos intelectuais, produtivismo acadêmico no Brasil.

### 1. Quando quantidade é apenas número

O trabalho acadêmico é um trabalho intelectual? Seria um trabalho híbrido, com algum elemento de pragmatismo (aquela diferença entre técnica e teoria criada na Grécia Antiga, onde a teoria – *θεωρία* – teria um caráter solene, objetivando o espetáculo, voltada para a consulta dos oráculos)?

Sendo um trabalho intelectual, qual seria sua função ou objetivo neste século? Teríamos entrado na Era do “silêncio dos intelectuais”?

Já tivemos um tempo dos intelectuais como um farol que jogava luz à penumbra da vida (do Renascimento à década da democratização do mundo, nos anos 80 do século XX). Mas parece difícil imaginar este mesmo papel num mundo fragmentado como o atual, criando um obstáculo concreto ao papel unificador do trabalho intelectual. Mesmo porque, o trabalho intelectual é cada vez mais questionado como uma verdade. Torna-se um discurso a mais. Assim, o trabalho acadêmico, se ainda permanece como intelectual, estaria se aproximando de um – dentre tantos – ofício.

Por este motivo, é mais que pertinente aprofundarmos a análise sobre o aumento da produção acadêmica em nosso país. Porque a quantidade pode revelar tudo, mas não necessariamente uma produção intelectual significativa, como uma luz que clareia os passos de nossa sociedade. Pode ser apenas um grande esforço físico deste ofício. Algo como um indicador de esforço, mas com baixo impacto.

De 2007 para 2008, a produção científica brasileira cresceu 56% e o país passou da 15ª para a 13ª colocação no ranking mundial de artigos publicados em revistas



\* Sociólogo, Doutor em Ciências Sociais, do Fórum Brasil de Orçamento e do Observatório Internacional da Democracia Participativa. E-mail: [ruda@inet.com.br](mailto:ruda@inet.com.br) Site: [www.cultiva.org.br](http://www.cultiva.org.br) Blog: <http://rudaricci.blogspot.com>

especializadas. No entanto, a qualidade dessa produção – medida pelo número de citações que um artigo gera após ser publicado – continua abaixo da média mundial. Com efeito, o Brasil foi o país que mais cresceu na lista das 20 nações com mais artigos publicados em periódicos científicos indexados pelo ISI. Em 2008, 30.145 artigos de instituições brasileiras foram aceitos nessas publicações. Em 2007, esse número era de 19.436. Com o crescimento, o Brasil ultrapassou Rússia e Holanda no ranking. Esses 30 mil artigos representam 2,12% da produção mundial. Mas, ficamos por aí.

Entre 2003 e 2007, intervalo maior de tempo para captar melhor o número de citações a um artigo em outros textos acadêmicos — o Brasil só pode receber algum destaque na matemática, em que cada texto mereceu 1,28 citação, 11% abaixo da média mundial, de 1,44.

É possível encontrar a origem desta dicotomia na ânsia produtivista desfechada pelo MEC, durante os anos 90. Como sustenta Antônio de Pádua Bosi:

“No âmbito do trabalho docente nas IFES, uma mudança nas regras da remuneração por parte do MEC (governo FHC) no ano de 1998, durante uma greve que já se estendia por três meses, estabeleceu uma gratificação por produção chamada de Gratificação de Estímulo à Docência (GED). Teriam direito à gratificação em seu valor integral os docentes que atingissem 120 pontos contabilizados em relação a uma série de atividades de natureza acadêmica. Em suma, a obtenção dessa pontuação dava-se pelo aumento de horas-aula semanais, o que motivou muitos professores a aumentarem o número de aulas ministradas. Além disso, a essa estrondosa intensificação do trabalho docente associou-se também um significativo aumento do número de alunos em relação aos docentes, verificado a partir de 1994, como representa a tabela 4. Analisando os dados dessa tabela, tal aumento passou de 8 alunos por professor, em 1998, para 12 alunos por professor, em 2004.”

Tabela 4

(Relação docentes e matrículas nas IFES)

Anos	1980	1985	1989	1994	1998	2003	2004
IFES	42.010	42.087	43.397	43.556	45.611	47.709	50.337
Matrículas graduação*	305.099	314.102	301.535	349.790	392.873	567.101	567.101

\* Considerados apenas os matriculados em cursos de graduação presenciais.

Fonte: MEC/INEP (organização do autor).

O autor continua seu raciocínio, citando Marilena Chauí:

“(…) o aumento insano de horas-aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade das publicações, colóquios e congressos, a multiplicação de comissões e relatórios etc. virada para seu próprio umbigo, mas sem saber onde este se encontra, a universidade operacional opera e por isso mesmo não age. (Chauí, 1999, p. 3)

## 2. De instituição à organização

Marilena Chauí, tempos depois (2003), produziu uma crítica ainda mais demolidora num dos eventos da ANPEd (“A universidade pública sob nova perspectiva”). Chauí parte do princípio até então norteador do papel da universidade:

“A universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. (...) Essa relação interna ou expressiva entre universidade e sociedade é o que explica, aliás, o fato de que, desde seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma ação social, uma *prática* social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela.”

E, conclui:

“A reforma do Estado definiu a universidade como uma organização social e não como uma instituição social. Uma organização difere de uma instituição por definir-se por uma prática social determinada por sua instrumentalidade: está referida ao conjunto de meios (administrativos) particulares para obtenção de um objetivo particular. Não está referida a ações articuladas às idéias de reconhecimento externo e interno, de legitimidade interna e externa, mas a operações definidas como estratégias balizadas pelas idéias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define. Por ser uma administração, é regida pelas idéias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. (...) Em outras palavras, a instituição se percebe inserida na divisão social e política e busca definir uma universalidade (imaginária ou desejável) que lhe permita responder às contradições impostas pela divisão. Ao contrário, a organização pretende gerir seu espaço e tempo particulares aceitando como dado bruto sua inserção num dos pólos da divisão social, e seu alvo não é responder às contradições e sim vencer a competição com seus supostos iguais.”

Chauí apresenta com clareza de um raio num dia de sol a passagem da lógica de uma instituição para o de uma organização. O conceito de instituição é caro à sociologia e baliza o pensamento desta ciência. Para Durkheim, uma instituição tem como papel profícuo a de guardiã da moral construída historicamente por uma dada sociedade. Em outras palavras, constitui-se em *cimento* social e necessita sustentar uma permanente sintonia com a dinâmica social sob pena de caducar e perder sua legitimidade e função.

Uma organização, por seu turno, não dialoga com a dinâmica social: apenas se apresenta para manter-se no mercado, para garantir sua própria estabilidade.

Não por outro motivo, as ações de inúmeros centros de pesquisa da academia brasileira voltaram-se para áreas e temas rentáveis e de projeção no mercado empresarial. Como sugere Bosi (2007):

“À medida que os recursos disponíveis para a pesquisa são canalizados pelas áreas consideradas "rentáveis", eles passam a ser usados privativamente dentro da própria instituição: laboratórios, computadores, salas, auditórios e equipamentos que servem apenas e exclusivamente aos grupos, núcleos e centros de pesquisa construídos às expensas do dinheiro público (propriamente os editais) e em parceria com empresas (ADUSP, 2002). Cada vez mais privatizados os meios de produção do trabalho docente (e do conhecimento), resta aos professores desenvolverem suas próprias condições de trabalho, combinando "competição", "empreendedorismo" e "voluntarismo".

Chegamos, por aí, à lógica do produtivismo acadêmico tupiniquim. Pela lógica do controle fiscal, pela introdução de mecanismos de rentabilidade. A lógica do Estado Moderno, que até então se pautava pelo fomento ao desenvolvimento equitativo (ao menos teoricamente) esfumou-se. Vários autores denominam este novo momento como o da “cultura do desempenho”, traduzido em números e gradientes, que na

educação denomina-se “avaliação classificatória”, porque definida a partir de um padrão/meta pré-estabelecido pelo gestor.

Como sugere Bosi, no mesmo artigo citado:

“[a] produção docente também tem sido esquartejada, mensurada, tipificada e classificada por critérios quantitativos. Os artigos científicos são valorizados de acordo com o periódico que o veicula, isto é, caso esteja indexado internacionalmente ou pelo "Qualis/CAPES" (indexador nacional oficial que classifica os periódicos em 9 níveis). Nesse "vale quanto pesa", o próprio docente é "valorizado" pela inserção na pós-graduação, pelo número de orientações, artigos e livros publicados e, principalmente, pela "bolsa produtividade em pesquisa" que consegue por méritos próprios. De fato, a inclusão nesse sistema opera uma diferenciação entre os docentes de maneira a estimular a conformação de uma "elite" definida como tal pelo desempenho conseguido nos editais de pesquisa, nas bolsas concedidas, nos artigos publicados, enfim, pela pontuação atingida no score da produtividade acadêmica. Aparentemente, esse docente tende a acreditar que o seu desempenho é excepcional, fruto de algum tipo de genialidade que o distingue de seus pares. Em essência, geralmente passa despercebido que sua suposta genialidade é eleita por critérios definidos pelos interesses do mercado e que, ela mesma, é produto da própria escassez dos recursos que se tornam alvo de disputa.”

### **3. Quando quantidade é pobreza intelectual**

Percebemos que ingressamos numa espécie de modelo fordista de produção acadêmica: uma esteira elétrica que define o que cada escaninho universitário deve produzir para compor o ranking.

Em estudo recente, Ernani Saraiva e Alexandre Carrieri (2009) analisam a produção acadêmica na área de administração pública, campo dos estudos organizacionais, teoria da administração e comportamento organizacional. Citam Bertero e Keinert (1994) que realizaram levantamento sobre o perfil e qualidade das publicações de artigos científicos da área. Selecionar Organizacional. Nesse trabalho, Bertero e Keinert (1994, p.88) deixam clara a evidência de continuarem “consumidores, repetidores e divulgadores de idéias produzidas alhures”, chegando à conclusão de que não existe originalidade na produção científica brasileira, a qual tampouco se adapta à realidade organizacional do País.

Saraiva e Carrieri complementam:

“Bertero retomou em 1999, em conjunto com Caldas e Wood Jr., a avaliação da qualidade científica existente no campo da Administração brasileira. (...) De antemão, na introdução do trabalho, Bertero, Caldas e Wood Jr. (1999) já deixam clara a percepção de que havia evidências de que a qualidade da produção científica brasileira em Administração não correspondia ao seu crescimento em quantidade.”

Uma situação que se repete em outras áreas de conhecimento, preservando sua especificidade. É o caso da emergência das oficinas literárias. Para Sérgio Miceli, tais oficinas (ou cursos livres) criaram um sistema paralelo de produção, no interior da universidade, mas que não se relaciona com o que denomina sistemas de produção cultural. Professores universitários, nas palavras de Miceli,

“tentam ensinar em cursos de grã-finos semiletrados, que procuram assuntos considerados nobres, o professor se sente valorizado porque ganha um dinheiro que

demoraria muito para ganhar do outro jeito. A lógica disso é um pouco esquisita, pois é uma tentativa abreviada de transferir um sistema complicado de conhecimento.” (*Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 agosto 2009. *Caderno Mais!*; p. 4)

Tal fenômeno poderia ser verificado em áreas acadêmicas, em especial, na área das ciências sociais. Sinteticamente, proponho as seguintes características que se repetem desde 1994 na profusão da produção acadêmica, pouco intelectualizada, de nosso país:

- 1) Auto-citação ou “narcisismo acadêmico” (Caldas e Tinoco, 2004). Trata-se de uma estratégia produtivista em que se avolumam trabalhos acadêmicos que preservam grande similaridade entre si. Dissertações e teses rendem dezenas de artigos científicos de um mesmo autor que é pródigo em auto-citações;
- 2) Corporativismo acadêmico que, na prática, cria uma espécie de cinismo nas defesas de teses. É comum em uma argüição a banca empreender duras e ácidas críticas sobre conceitos e metodologias insustentáveis que se multiplicam ao longo da pesquisa em avaliação, mas que redundam na aprovação do título ao candidato. Uma espécie de ritual em que banca e candidato saem redimidos: banca como guardião do rigor do passado acadêmico e candidato com seu título. O corporativismo acadêmico também se cristaliza em “comunidades de pesquisadores” que, muitas das vezes são confrarias que se citam e criam redes de publicações, num esforço de auto-referenciamento contínuo, uma espécie de “mercado cativo”;
- 3) Temas de estudos que caducam como se fossem frutos podres. Cito o caso evidente dos estudos sobre “movimentos sociais” que a partir dos anos 90 perderam interesse (para o mercado). Estudos e pesquisas aplicadas, pelo contrário, tomaram corpo e receberam braços abertos da indústria editorial (inclusive, das editoras universitárias);
- 4) A privatização acelerada das áreas de pesquisa. Este movimento se acelerou a partir de 1995. O dado é conhecido: em 1995 foram destinados R\$ 5,5 bilhões dos recursos federais para as universidades; em 1996 foram R\$ 5,0 bilhões; em 1997 caíram para R\$ 4,8 bilhões; em 1998 chegaram a R\$ 4,3 bilhões. Em valores médios de 1998, significando uma redução real de 22% entre 1995 e 1998.

Este aspecto também é citado por Bosi:

“Este último elemento (...) introduziu, nas IES públicas, uma tendência – cada vez mais predominante – de mercantilização do trabalho docente materializada, por exemplo, no crescimento dos cursos de pós-graduação *lato sensu* pagos. [O conceito de] Educação como “Setor dos Serviços Não-Exclusivos do Estado” passou a orientar a ação do Estado em relação às universidades públicas (nos âmbitos federal, estadual e municipal). Se até a década de 1980 cada setor ficava com 50% das matrículas realizadas, no final da década de 1990 esta relação foi de 70% para 30% em favor das IES privadas. Dados do MEC/INEP sobre o ano de 2004 indicavam que tal relação prosseguira a mesma tendência verificada nos anos 1990, atingindo uma proporção de 80% para 20% em favor das IES privadas (Brasil, 2005).

Tabela 1  
(Evolução do número de docentes)

Docentes	1980	1985	1989	1994	1998	2003	2004
IES públicas	60.037	64.449	70.095	75.285	83.738	88.795	93.800
IES privadas	49.451	49.010	57.934	66.197	81.384	165.358	185.258
<b>Total</b>	<b>109.788</b>	<b>113.459</b>	<b>128.029</b>	<b>141.482</b>	<b>165.122</b>	<b>254.153</b>	<b>279.058</b>

Fonte: MEC/INEP (organização do autor).

Enfim, todos conhecemos intelectuais de destaque das universidades brasileiras que passaram a ter sua rotina profissional alterada profundamente.

Uma busca ensandecida por consultorias, convênios, palestras, que possibilitassem um mínimo de financiamento para sobrevivência de suas pesquisas.

Não raro, uma relação cada vez mais íntima de departamentos universitários com empresas, fundações e mesmo órgãos públicos que, em pouco tempo, tornaram-se seu próprio local de trabalho.

No Brasil, tal situação gerou uma busca de alguns intelectuais pelos “caçadores de talentos” das grandes corporações (os famosos *headhunters*). O caminho inverso também ocorreu: pesquisadores de destaque constituíram empresas de consultorias e se tornaram, eles mesmos, empresários. Muitos deles foram catapultados à direção de bancos ou grandes grupos empresariais. Outros, transitaram entre academia, postos de destaque em governos estaduais e federais e, finalmente, primeiro escalão de grandes corporações.

Esta parece ser uma espécie de trilha aberta pelo produtivismo acadêmico iniciada nos anos 90. Em pouco mais de quinze anos, já podemos vislumbrar uma paisagem totalmente distinta no mundo acadêmico brasileiro.

Produz-se como nunca. Uma produção fincada numa estratégia de sobrevivência pessoal e organizacional que fez da vida acadêmica algo muito distante do mundo e da prática intelectual.

Transformamos a produção acadêmica em mero ofício. Um ofício que passou a migrar da universidade para o mercado e o mundo político, retornando, algumas das vezes, à universidade. E assim, bebendo em tantas águas, perdemos a autonomia da produção acadêmica.

## Referências

- BERTERO, C.O.; CALDAS, M.P.; WOOD JR., T. Produção científica em administração de empresas: provocações, insinuações e contribuições para um debate local. *Revista de Administração Contemporânea*, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.147-178, jan./abr. 1999.
- BERTERO, C.O.; KEINERT, T.M.M. A evolução da análise organizacional no Brasil (1961-93). *Revista de Administração de Empresas (RAE)*, São Paulo, v.36, n.3, p.81-90, maio/jun. 1994.
- BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. *Revista Educação & Sociedade*. Campinas, vol.28, n.101 Set./Dez. 2007.
- CHAUÍ, M. A universidade operacional. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9 maio 1999. *Caderno Mais!*
- \_\_\_\_\_. “A universidade pública sob nova perspectiva”, Conferência de abertura da 26ª. Reunião Anual da ANPEd, Poços de Caldas, MG, 05 de outubro de 2003.
- CHRISPIANO, J. Todo poder à avaliação. *Revista da ADUSP*, São Paulo, n.36, p. 26-35, jan. 2006.
- MACHADO, C.; CUNHA, V.C. da; AMBONI, M. Produção acadêmica em administração pública: período 1983/88. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 13., 1989, Águas de São Pedro. *Anais...* São Paulo: Anpad, 1989.
- SARAIVA, Ernani Viana & CARRIERI, Alexandre de Pádua. Citações e não citações na produção acadêmica de estratégia no Brasil: uma reflexão crítica. *Revista Administração*, São Paulo, v.44, n.2, p.158-166, abr./maio/jun. 2009.